

O Globo 18-1-60

## O Petróleo no México (I)

Rubem Braga

A PEMEX corresponde, no México, à nossa Petrobrás: é o órgão do monopólio estatal do petróleo. Lá, como aqui, discute-se a conveniência desse monopólio — e há pouco tempo correu muito a notícia de que o México resolvera abandonar essa política. Na rápida visita que fiz há pouco ao país amigo, resolvi apurar o que havia, e passei uma tarde conversando com dirigentes da Pemex. E' dessa conversa e de meu contato com outras figuras da administração mexicana e da imprensa que trago as notas aqui utilizadas.

Não, o México não modificou sua política de petróleo e nada indica essa possibilidade, pelo menos no futuro imediato. A Pemex tem tido dificuldades, e continua a tê-las; mas elas são mínimas em face das que teve de enfrentar no passado.

Quais são os argumentos contra o monopólio da Pemex? Eles estão resumidos na moção aprovada pela Confederação de Câmaras Nacionais de Comércio em 1957.

Ali se recorda que, de 1918 a 1922, o México chegou a ocupar o segundo lugar como produtor de petróleo no mundo. Os casos mais dramáticos de poços individuais ocorreram em seu solo, e naquela época correu no país um dos mais caudalosos rios de petróleo que o mundo já conheceu. Pouco aproveitou, entretanto, o México, dessa imensa riqueza extraída de seu subsolo. O grosso dos lucros saiu do país, nele deixando apenas uma pequena fração, desproporcionada e insuficiente.

Com base na Constituição de 1917, o México iniciou a reconquista de seus direitos fundamentais em matéria de petróleo, com uma política tendente a colocar o seu aproveitamento em bases de equidade e de reconhecimento de sua dignidade e soberania.

Os interesses petrolíferos estrangeiros, que levaram ao ponto máximo o ritmo de produção nos anos de 1918 a 1923, começaram a desviar para a Venezuela suas grandes inversões para a busca de novas jazidas e seu aproveitamento. Em 1921 o México produziu 193 milhões de barris, e a Venezuela apenas 1. A coisa foi mudando a um ponto que, em 1956, o México produziu 93 milhões de barris e a Venezuela 895 milhões. O memorial lembra, a seguir, que em 1938 o Governo mexicano (Lázaro Cárdenas), depois de um grave conflito com as companhias estrangeiras, cujo comportamento era indefensável, expropriou todas as instalações dessas empresas no México.

Em consequência dessa decisão, o México teve de enfrentar uma crise que pôs à prova todos os seus recursos econômicos, morais e nacionais; fecharam-se totalmente os mercados de exportação, negaram-se transporte e maquinaria, retiraram-se técnicos; o abastecimento de combustível para o transporte e a indústria no interior do México ficou suspenso.

Apesar de tudo, o México venceu essa crise, o que, reconhece o memorial, foi uma façanha extraordinária que surpreendeu o mundo inteiro e especialmente os trustes petrolíferos.

Com o tempo, a Pemex chegou a atender às necessidades sempre crescentes de petróleo do país; mas nos últimos anos esse equilíbrio se modificou e começa a aparecer um déficit crescente entre as necessidades nacionais de combustíveis e a produção alcançada pela Pemex. A agravar-se esse déficit o país teria de gastar uma soma cada vez maior de divisas para importar petróleo, com prejuízo de outras importações imprescindíveis ao seu desenvolvimento econômico, como máquinas para a indústria etc.

Ora — continua o memorial — sabe-se pela experiência anterior a 1938, e por muitas outras descobertas posteriores, que o México possui uma grande riqueza petrolífera, "comparável às outras grandes acumulações do mundo", mas essa grande riqueza "não tem sido devidamente aproveitada". Em 1956, enquanto a produção diária dos Estados Unidos foi de 7 146 000 barris, a da Venezuela de 2 450 000 barris, a do Kuwait de 1 075 000 barris, o México está colocado em 8.º lugar, com 225 000 barris diários.

Ora, é urgente para o México — para o desenvolvimento de sua economia e elevação do nível de vida de seu povo — aproveitar em maior escala sua riqueza petrolífera para poder atender às suas necessidades crescentes e obter divisas com a exportação de excedentes. Se a situação financeira da Pemex não permite isso, é urgente mobilizar também os recursos do capital privado nacional. Na medida em que esses capitais mexicanos — estatais e particulares — não forem suficientes, "deverá recorrer-se ao capital exterior, pelos canais do crédito, governamental ou privado, ou mediante a cooperação financeira de organismos internacionais".

Em última instância — e aqui o memorial chega ao seu fim — "em última instância se deverá negociar com o capital privado internacional em condições de pleno respeito à dignidade e à soberania nacional e mediante o aproveitamento equitativo dos lucros do próprio petróleo".

Em suma: o órgão máximo do comércio mexicano acha (nesse memorial feito em 1957) indispensável a quebra do monopólio estatal exercido pela Pemex, admitindo a concorrência do capital privado nacional — e mesmo internacional.

O memorial acaba sugerindo a criação de uma "Grande Comissão Nacional" integrada "pelos melhores e mais representativos homens do México, tanto do setor oficial como da iniciativa privada" para rever a política nacional do petróleo.

A sugestão não foi aceita. Em próximo artigo mostraremos porque.